

Resenhas

Entre Cena Contemporânea e exposições sobre política: a obsessão pelo jogo de salão, afetações e galeristas

Marcelo Mari*

Interessante verificar como a cena cultural brasileira está muito ativa nos últimos tempos com festivais, exposições e seminários. Talvez em reação aos últimos acontecimentos registrados no país. De fato, o golpe jurídico parlamentar colocou os artistas em situação muito desconfortável. Basta rever os conflitos instaurados desde a entrada ruidosa de Temer na presidência. Primeiro de tudo foi a tentativa de extinção do ministério da cultura. Sem apelo nos ambientes culturais e sem proximidade com artistas e intelectuais de notoriedade e seriedade em seus trabalhos, os políticos de ideias carcomidas, do dito baixo-clero da política brasileira, aqueles mesmos que estavam, fazia muito tempo, no noticiário vexatório da política nacional, os que operavam nos bastidores e sombras do poder, começaram a se afastar do papel de centralidade ocupado pela gestão de esquerda no Brasil nos anos da era Lula e Dilma.

Estava evidente que isso aconteceria mais cedo ou mais tarde, o Brasil vivera nos anos recentes mudanças econômicas importantes com as políticas de inclusão

social, que foram muito bem-sucedidas, a ponto de ficarem conhecidos mundialmente e o sociólogo Zygmunt Bauman poder dizer, em 18 de outubro de 2015, que (sic) “retirar 22 milhões de pessoas da pobreza [...] ninguém mais repetiu esse milagre, só o Brasil” (BAUMAN, 2017). Até hoje está em aberto o debate sobre as contradições políticas, dos apoios nacionais e internacionais que balizaram o retrocesso da política nacional para marcos do neoliberalismo da era FHC, em pleno momento de descrédito atual daqueles paradigmas economicistas de outrora. De mais a mais, no período Lula e principalmente da primeira presidenta brasileira, Dilma Rousseff, parafraseando análises famosas quando intelectuais falaram profusamente de situações pré-golpe militar nos anos de 1960, o Brasil parecia estar incrivelmente politizado, aqui se debatiam e experimentavam, temas essenciais para uma agenda alternativa do neoliberalismo mundial.

Não obstante tudo isso, as jornadas de junho de 2013 e a desestabilização sistemática do governo de Dilma Rousseff nos anos seguintes tornaram, conjuntamente com a guerra suja da imprensa golpista, insustentável a manutenção do governo. O protesto contra os vinte centavos da passagem de ônibus tornou-se protesto contra o governo Dilma. Politização fabricada pela mídia que travestiu a agenda conservadora da elite financeira brasileira com a aparência de movimentação popular nas ruas, quando a poeira do golpe baixou, pode-se perceber claramente que a canalha parlamentar decidiu apoiar o presidente Temer, com seus meros quatro por cento de aprovação, sem se preocupar com respaldo popular. São bispos ladrões, molestadores de vulneráveis, gente que defende trabalho escravo, políticos apagados carregados por voto de legendas, sem ressonância entre as camadas populares, mas que de toda sorte exercem

poder, poder legitimado pela urna, quase indireto, que constituem, como lembrou em várias ocasiões Marilena Chauí, a bancada da bala, a do boi e a da bíblia. Essas bancadas, hoje, são responsáveis pela destruição acelerada da natureza com seus recursos limitados e dos aparelhos essenciais de Estado, aparelhos estes que, se não sanavam com políticas públicas, pelo menos diminuía as distorções sociais das desigualdades históricas do país.

Criado em 1985, como instrumento estratégico na defesa da produção artística e do pensamento brasileiro, na manhã de 13 de maio de 2016, Temer extinguiu o Ministério da Cultura, por julgar que cultura era coisa de “esquerdopatas” ou algo parecido, é o que se deixa entrever evidentemente depois das gafes do Postigo, quando, depois de não ser recebido por chefe de Estado na Rússia, chama os russos de, *sic*, “soviéticos”, além da *gafe* em que confundiu o monarca da Noruega com o rei da Suécia. Dito isso e antes mesmo da intensificação dos protestos contra o governo, pois de fato naquele momento o setor cultural colocava-se como elemento potencialmente perigoso para a desestabilização política, Temer e seu governo voltaram atrás e, uma semana mais tarde, no dia 21 de maio de 2016, recriaram o Ministério da Cultura. Embora com continuidades políticas claras em relação ao que havia sido proposto pelos governos anteriores, por falta de inteligência e de propostas para a pasta da cultura, o Ministério foi invadido por oportunistas das negociatas, que cobravam e ainda cobram fidelidade política e quase, por assim dizer, religiosa de sua base.

A base é constituída de os pseudoartistas, os pseudo intelectuais e os pudibundos chauvinistas que apoiaram o golpe contra Dilma Rousseff. Esses são os vencedores e está evidente que com eles adveio também

uma redução de expectativas sobre a cultura e a vida. Redução de expectativas, pois o horizonte está cerrado em cadeias da destruição que ainda estão por vir. Sem desejar soar poético e muito menos profético, mas o impacto das verbas de fomento produzido pela situação de apoio total à cultura no último período de governo de esquerda no país, ainda proporcionou e proporciona seus últimos espasmos de movimentação na cena artística contemporânea. A perspectiva é que a centralidade da cultura seja deslocada para a excentricidade dos interesses em voga no país, país cada vez mais embrutecido em reações e predileções. Resta saber se as manifestações artísticas aumentarão ou refluirão com o fim das verbas públicas.

Se é fato que muita coisa foi produzida no Brasil nos últimos anos em circuitos alternativos, mais que no período militar tardio e na abertura política dos anos de 1980, constituindo a nova produção da arte brasileira, também é fato que nos últimos anos, a partir da primeira década do novo século XXI, a produção cultural e artística esteve atada às verbas generosas do setor financeiro brasileiro, em especial aos financiamentos feitos por editais de bancos estatais. Foi assim que muitos trabalhadores das indústrias criativas pensaram que a era de ouro tinha finalmente chegado. Com certa facilidade se conseguia um edital com verba generosa para promoção de um nome, de um artista, assim sendo todos ganhavam seu quinhão, de quem escrevia até quem revisava os textos de catálogo, tinha-se oportunidade de ganhar algum dinheiro. O grosso ficava para o curador e sua equipe próxima, que concebia o projeto e vendia esse projeto para concorrer ao edital.

Se a concorrência estava já presente na lógica, a existência abundante de recursos diminuía a disputa pelos mesmos. Agora



são todos concorrentes potenciais na livre concorrência agudizada dos prêmios, editais e outras formas de empreitada privada. Duas situações ficam evidentes nessas práticas: a primeira é que a visão de acesso aos recursos está montada em critérios muito duvidosos quando se trata de distribuição de verbas públicas (mérito, profissionalismo, atendimento de interesses e competências específicas), a segunda situação é que os novos trabalhadores das indústrias criativas vendem sua mão de obra especializada, como livre empreendedores, e que trabalham em relações muito precárias de trabalho sem direitos básicos para reprodução de suas condições de trabalho, o que constitui uma precarização em relação às garantias da antiga forma de trabalho formalmente definido.

O silêncio das majorias nos últimos dias, depois do aumento sub-reptício do preço da gasolina, indica que, como nos filmes do neorealismo italiano sobre o fascismo, o silêncio é uma subordinação tacitamente definida das majorias à ordem estabelecida pela supressão dos direitos civis e pela exclusão de direitos sociais. O fascismo não se manifesta apenas na imposição do silêncio, mas no silenciar por meio da violência e calar impositivamente pela repressão da alteridade. Não só pelo silêncio impositivo se manifesta o fascismo, mas pela perseguição de condutas, pelo falso moralismo, pelo preconceito de todas as formas, que vai se manifestando como a face interna de controle que a população fascista faz de si própria. Ela entende que o grande líder, seu pai psicológico, agiu corretamente ao aumentar a gasolina e que ela deve pagar a conta por isso. Quem não puder, ora quem não puder que aceite calado a sua posição social, que mude de plano médico para um plano mais barato, que mude de país. Tal como disse o Ministro da Saúde Ricardo Barros sobre a questão da saúde no Brasil, *sic*: “Se a

mensalidade do seu plano de saúde subir demais e você não puder mais pagar simplesmente que cancele o plano! Saúde é uma questão de mercado!” (CAVALCANTI, 2017). O interesse do Ministro Barros pela privatização de serviços básicos de saúde é a nova onda atual, pois ele representa interesses de planos de saúde privados e pretende-se fazer aqui o que se fez anteriormente na Colômbia e que jogou aquele país em níveis assustadores de precarização da saúde, de concentração de renda e de ruptura múltipla do tecido social.

Esse novo fascismo de mercado não está destruindo apenas a saúde no Brasil, mas é responsável também por impor um novo código de costumes e de ausência de manifestações contra o mercado e seus asseclas. Veja as manifestações de estudantes no ano passado contra o governo Temer. A primeira delas teve show de horrores com bombas lançadas de helicópteros contra estudantes e professores, técnicos e militantes desarmados. A truculência da polícia agora é usada contra tudo aquilo que pareça contestar o pensamento único, para utilizar um lugar muito em voga nos anos de governo de FHC no Tucanistão. A próxima vítima dessa violência cotidiana, que se agudizou, foi o artista paranaense Maikon Kempinski, conforme relato publicado pelo *Correio Brasiliense* de domingo, dia 16 de julho deste ano:

Uma performance artística interrompida pela Polícia Militar no sábado (15/7) à tarde, em frente ao Museu Nacional da República, fazia parte da programação do evento Palco Giratório, mostra teatral promovida pelo Serviço Social do Comércio (Sesc). Na ação da PM, o dançarino e performer paranaense Maikon Kempinski acabou detido e levado para a 5ª Delegacia de Polícia (Asa Sul), onde precisou

Entre *Cena Contemporânea* e exposições sobre política: a obsessão pelo jogo de salão, afetações e galeristas

assinar um termo circunstanciado de ato obsceno. REZENDE, 2017)¹.



Maikon K. no momento em que foi abordado pela polícia na praça do Museu Nacional, 15/07/2017. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/07/16/interna_cidadesdf,610075/artista-e-presos-durante-apresentacao-que-integra-o-palco-giratorio.shtml

Em sua performance *DNA de Dan*, Maikon Kempinski., também conhecido como Maikon K., fica em uma bolha plástica, que lembra as casas gregárias, habitações nômades que ajudaram a repensar a arquitetura moderna com sua fixidez e estabilidade. Dentro da bolha,

Maikon K. encontra-se nu e envolto em uma substância resinosa que lembra a pele de uma cobra conforme vai se secando. Mas antes mesmo disso, o artista é obrigado a romper a bolha e respirar. Começa, a partir daí, um ritual em forma de dança, simulando o movimento de uma serpente. Tudo isso, conforme pesquisa de Kempinski sobre o mito africano de Dan, que seria a manifestação da serpente.

Em momento político oportuno com a realização do *Cena Contemporânea*, festival internacional de teatro que ocorreu em Brasília entre os dias 22 de agosto de 03 de setembro, seu idealizador e organizador Alaor Rosa, convidou novamente o performer Maikon Kempinski para se apresentar aqui. Foi atitude concreta para o espaço de contestação da arte. Nesse caso, não houve diluição da proposta e sim demarcação de espaço legitimador da contestação, afronta contra as instituições emburrecidas. Outra coisa, de outro tom, foi a performance coletiva realizada no dia 03 de setembro, por iniciativa de Diego Ponce de Leon e estímulo de Alaor Rosa, em que cento e quinze pessoas formaram imagens com seus corpos desnudos em frente ao Museu Nacional. De fato, a nudez está contraposta aí ao falso moralismo da pequena sociedade brasileira, formada também por esses mesmos procuradores, juizes, que não saem do noticiário brasileiro faz pelo menos três anos. Não foi à toa que na realização da performance houve um grito de guerra “Brasília, tia velha”.

Entusiastas blogueiros da cena local foram ao delírio, comparando o nu coletivo, fotografado por Kazuo Okubo, à denúncia dos crimes da ditadura, por se tratar de

¹Segundo depoimento para o Jornal, o artista: “se mostrou indignado com a situação e lamentou que seu cenário tenha sido rasgado pelos militares, mas preferiu não comentar mais sobre o caso por esperar um posicionamento da organização do Palco Giratório. O Sesc informou que só se posicionará na segunda-feira”. Cf. REZENDE, Humberto. Artista é preso durante apresentação que integra o Palco Giratório, do Sesc, 16 de julho de 2017.



ação realizada em frente ao Museu que recebeu homenagem do estudante Honestino Guimarães da Universidade de Brasília, morto em ação do exército nos anos da ditadura. A relação entre os eventos aí foi um pouco forçada. A performance do nu coletivo teve mensagem expressa de condenação contra a repressão dos artistas na capital do Brasil, onde a vida torna-se dia-a-dia mais embrutecida. Acertou na crítica, mas não conseguiu superar a proposta da performance de Kempinski, esta sim, na ocasião em que foi realizada, trouxe mais do que a mostra do corpo nu na praça do Museu Nacional, a performance era ela própria, em sua bolha plástica, no artista envolto em resina, a imagem do ovo da serpente como em Ingmar Bergman. Tempos sombrios os nossos em que o aprofundamento da crise política e econômica tem levado a uma situação de desenlace incerto, empurrando o todo um país para o precipício.

Já na performance do nu coletivo, gritou-se de Brasília, como se ela fosse uma “tia velha”, carola e decrépita do período militar. Acertaram na mosca, porém os corpos nus, explícitos, pouco diziam sobre o verdadeiro problema que se vive hoje. Estavam os corpos mais silenciados do que nunca, pois nada se manifestou contra os donos do poder e dos cães que prenderam o performer Maikon K. Além de dizerem “tia velha”, o que pode ser uma forma ambígua de auto-afirmação, escreveram com a realização performática a palavra “arte” com um conjunto de corpos nus na rampa de acesso ao Museu Nacional, mas nada se escreveu ali que fosse além de arte. Arte todos sabemos que é, feita em letras garrafais, com giz em um quadro, na aquarela, escrita em grafite ou coisa assim. Tudo depende de como se entende aquela arte ou esta inscrição da arte. Faltou algo incisivamente mais político nas palavras.

Isso é fenômeno curioso e tem a ver com o silêncio fascista que calou fundo na consciência psicológica da classe média e da qual ele é parte atuante.

Muito diferente disso foi a ação de trabalhador precarizado poucos meses antes que resolveu se manifestar contra a situação política atual do país. Tratava-se de um pintor cujo nome não se encontra em nenhuma nota dos jornais que publicaram o acontecimento. Pintor mal-pago pelo contrato de terceirizado em atividade de risco na época de ataque direto aos direitos dos trabalhadores no Brasil. Na ocasião, esse trabalhador anônimo foi assunto do jornal *Correio Brasiliense*:

“É a minha opinião política, nós temos liberdade de expressão”, disse o funcionário que pintou “Fora Temer” na fachada do Museu Nacional, nesta quarta-feira (05 de abril de 2017), enquanto trabalhava na revitalização do local, que foi alvo de pichações durante as manifestações em 2016. Antes de terminar de pintar a parte mais alta da cúpula do museu, o trabalhador decidiu pichar a frase em que critica o chefe do Executivo Federal. Logo depois, apagou os dizeres com a mesma tinta branca. O registro do fotógrafo (foi) de Marcelo Ferreira mostra o momento em que o homem termina de pintar a frase.. (NIEDERAUER; BERTONI, 2017)

Nesse mundo de intervenções artísticas de dimensão social ampliada, no qual o universo simbólico das imagens é parte central da lógica de produção do vivido, a posição do artista conta muito mais do que a definição de seu lugar no circuito artístico, para bem e para mal, na reafirmação do estabelecido. Não importa se esse ator de inscrição no circuito

Entre *Cena Contemporânea* e exposições sobre política: a obsessão pelo jogo de salão, afetações e galeristas

simbólico ampliado seja um trabalhador precarizado e não um artista no sentido profissional do termo, com o advento da sociedade da comunicação pelas novas mídias, as fronteiras de produção de sentido são difusas e pautadas pelos interesses de grandes corporações e pelas necessidades artificialmente criadas pelo mercado. Tão importante como a iniciativa do pintor de parede foi a apresentação da peça teatral *Guerrilheiras ou para a terra não há desaparecidos* de Georgette Fadel no *Cena Contemporânea* deste ano. Nessa peça, cujo argumento principal é a história de mulheres que lutaram na guerrilha do Araguaia, importantíssima para a lembrar fato hediondo, quando cinquenta mulheres foram abusadas, presas e assassinadas pelo exército brasileiro, Desirée Bastos lavou as roupas dessas guerrilheiras, encontradas enterradas na margem de rio na região do Araguaia, e utilizou-as para figurino das atrizes. Isso dá mais peso e densidade para a experiência artística, seja ela um picho na parede, uma peça teatral, um figurino ou uma performance.

Outro evento a se destacar na cena brasileira atual foi a exposição curada por Wagner Barja no Museu Nacional, intitulada *Não Matarás*, com obras doado pelo espanhol José Zaragoza para o Museu. A exposição reúne a série de pinturas de Zaragoza, realizadas com temática contra a ditadura no Brasil entre os anos de 1980 e 1983. São obras de conteúdo político muito bem delineado, por um artista que viveu a Segunda Guerra Mundial e o período franquista na Espanha. Tratam-se de imagens fortes, ora caricatas, ora de baixa visibilidade, o que revela um senso estético muito apurado sobre como a sensibilidade pode representar de maneira muito contundente o terror imposto pela violência e pela exceção estabelecida como regra. Acompanha a exposição principal das obras de Zaragoza, a produção de artistas como Bené Fonteles e João

Câmara, além de artistas contemporâneos da cena brasileira.



Fotografia de Marcelo Ferreira. Disponível: <http://blogs.correiobraziliense.com.br/cbpoder/fora-temer-no-museu-nacional/>

Entre a nova geração está lá um artista muito promissor que é Paul Setúbal. Sem cair no perigo do jogo de salão, ou na onda de artistas com vassouras e aspiradores de pó limpando a sujeira da cena do poder ou do crime, Setúbal está representado na exposição com um vídeo, de um minuto de quarenta e três segundos, intitulado *Zeitgeist* (2015). O artista, que também é membro participante do Grupo *Empresa*, brande uma bandeira branca que está sendo consumida por chamas, ao fundo em segundo plano se vê a cidade com o plano de fundo cada vez mais escuro, de um azul-escuro do entardecer para a chegada da noite. Conforme Setúbal agita a bandeira de um lado a outro, essa bandeira branca vai ganhando cor cada vez mais alaranjada e principalmente vermelha.

Metáfora do quadro de Delacroix? A questão da liberdade já não se põe da mesma maneira que no tempo do pintor francês. O que está evidente no video-performance de Setúbal é a orientação pela



destruição da bandeira branca, que significa muita vez a paz e na conjuntura brasileira o fim da paz social foi decretado com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a entrada da camarilha do PMDB no poder. A paz social chegava ao final, pois a elite defensora da democracia liberal não pensou duas vezes em dar o golpe nas próprias instituições do país, quando seus interesses econômicos foram questionados e pretensamente ameaçados. A política de conciliação de classes deixava de ter sentido no Brasil, a bandeira da paz em chamas é sinal de um momento de embate das forças sociais no Brasil, entre por um lado a elite e a classe média golpista e por outro setores esclarecidos e as esquerdas defensoras da democracia.

Curioso observar a predominância do branco, do vermelho e do azul no vídeo, mera coincidência? De mais a mais outro elemento que não pode ser esquecido é a cidade ao fundo. O artista como representante do descontentamento da cidade ou como testemunha de uma cidade em *blackout*? A cidade ao fundo é Águas Claras, região de novos ricos de Brasília, gente que se beneficiou do ciclo virtuoso da economia brasileira na era Lula e Dilma e que depois fez oposição às políticas sociais de inclusão por motivos frívolos e por necessidade de se distinguir socialmente. Esse apagar das luzes na cidade é muito indicativo do golpismo que bateu panelas e que agora está em silêncio, pois mesmo quebrado financeiramente, sente-se melhor representado pelo novo governo que está aí. A obra de Setúbal antecipou aquilo que ocorreria depois do golpe jurídico palamar, a impossibilidade de formação de um governo que una amplos grupos sociais em torno de uma agenda nacional. Se não houver reversão, disto advêm apenas uma coisa: desagregação do país.



Frame da performance de Paul Setúbal, 2015. Arquivo do artista.

Bibliografia

- CAVALCANTI, G. Ministro defende liberação de reajustes de planos de saúde. 2º de agosto de 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/defesa-do-consumidor/ministro-da-saude-defende-liberacao-de-reajustes-de-planos-individuais-21725983>, Acesso em: 05 de setembro de 2017.
- NIEDERAUER, M. & BERTONI, G. Funcionário pinta “Fora Temer” no Museu Nacional durante revitalização, 05 de abril de 2017. Disponível em: <http://blogs.correiobraziliense.com.br/cbpoder/fora-temer-no-museu-nacional/>, acesso em 10 de setembro de 2017.
- REZENDE, Humberto. Artista é preso durante apresentação que integra o Palco Giratório, do Sesc, 16 de julho de 2017. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/07/16/interna_cidadesdf,610075/artista-e-preso-durante-apresentacao-que-

Entre *Cena Contemporânea* e exposições sobre política: a obsessão pelo jogo de salão, afetações e galeristas

[integra-o-palco-giratorio.shtml](#), acesso em 09/09/2017.

RODRIGUES, T. “Zygmunt Bauman: ninguém retirou 22 milhões de pessoas da pobreza, só o Brasil”, 09 de janeiro de 2017. Disponível em: <https://ocafezinho.com/2017/01/09/zygmunt-bauman-ninguem-retirou-22-milhoes-de-pessoas-da-pobreza-so-o-brasil/>, acesso em: 05 de setembro de 2017.

* **Marcelo Mari** é mestre em Artes e doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor de Teoria das artes na Universidade de Brasília. Atua também como crítico de arte e como co -organizador das Jornadas de Filosofia Política do Departamento de Filosofia da UnB